

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Divida externa Convite à reflexão

A revelação feita pelo economista Mário Henrique Simonsen de que o Brasil já perdeu 1,2 bilhão de dólares nos créditos de curto prazo, destinados ao financiamento das exportações, impõe um reexame nas negociações da dívida externa. Corte nesse montante dos fluxos financeiros preocupa não somente por se constituir em retaliação contra a moratória, como, também, por converter-se em novo e mais sério obstáculo ao desempenho do comércio exterior.

Como se sabe, os produtos industrializados, semi-industrializados e matérias-primas já enfrentam sólidas barreiras mercantilistas nos Estados Unidos, principal mercado das exportações brasileiras. São tarifas adicionais incorporadas aos preços FOB, de modo que os valores de comercialização, assim superestimados, dificultam o ingresso das mercadorias nacionais no mercado norte-americano. Não fossem esses artifícios fiscais, seguramente o comércio exportador brasileiro poderia elevar de forma significativa seu faturamento em divisas fortes, numa ajuda essencial à liquidez das contas externas.

Agora, a redução das linhas de crédito de curto prazo gera maiores incertezas sobre o futuro imediato, quanto à apropriação de reservas em dólares capaz de permitir uma administração mais consequente da dívida externa. Insinua-se, também, no horizonte a perspectiva de recessão nos EUA, em face da ciclópica dívida interna de três

trilhões de dólares, do endividamento externo de trezentos bilhões e do déficit da balança comercial calculado em torno de 170 bilhões.

O recente colapso na Bolsa de Valores de Nova Iorque, parece não haver dúvida, é apenas um dos sintomas dessas disfunções na economia norte-americana, se bem que as hostilidades no Golfo Pérsico tenham oferecido contribuição expressiva para a queda das cotações em Wall Street.

Com panorama tão pouco estimulante, está posto um convite ao Governo brasileiro para que redirecione sua posição em relação à dívida externa, sobretudo no que diz respeito à moratória, expediente que começa a despertar reações dolorosas para a economia nacional. Sob um aspecto, a crise americana favorece o encaminhamento de negociações, uma vez que os credores, mais frágeis em suas relações de poder econômico, se mostram mais abertos a uma composição. É necessário, contudo, levar-lhes propostas coerentes, exequíveis e ajustadas à natureza das dificuldades vivenciadas pelo sistema financeiro internacional.

Requerer ou não a intermediação do Fundo Monetário Internacional é apenas uma questão processual, desde que o Brasil não sucumba às suas prescrições recessionistas nem sancione acordos prejudiciais à soberania nacional.